



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 9 de agosto de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,81% São Paulo	103.775 / 108.402 3/8 4/8 5/8 8/8	R\$ 1.212	R\$ 5,113 (- 1,04%)	R\$ 5,213	6,76%	13,66%	Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67

CONJUNTURA

CNC mostra que 78% das famílias brasileiras estão endividadas e 29%, com contas atrasadas — os maiores índices desde o início da pesquisa, em 2010. Indicadores voltaram a subir depois de três meses de queda, devido à disparada da inflação e à alta dos juros

Recorde de dívidas e inadimplência

» RAFAELA GONÇALVES
» RAPHAEL PATI*

Após três meses em queda, o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras voltaram a bater recordes. Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 78% das famílias brasileiras estão endividadas e 29% estão com contas atrasadas, maiores percentuais registrados desde 2010, quando começou a apuração mensal.

O aumento do endividamento foi de 0,7 pontos percentuais na comparação com o mês anterior, já o indicador de contas em atraso teve alta de 0,5 ponto em relação a junho. O percentual de comprometimento da renda com dívidas permanece em 30,4%, desde abril, mas 22% dos brasileiros têm mais da metade da renda consumida por dívidas. Em julho, a proporção daqueles que afirmaram não ter condições de pagar os débitos já atrasados cresceu 0,1 ponto em relação a junho. A aceleração do endividamento neste início de semestre ocorreu de forma semelhante nas duas faixas de renda pesquisadas.

“As classes de despesas das famílias que ganham menos são justamente as que tiveram maiores aumentos recentes de preço, então essas famílias acabam gastando parcela maior do orçamento para fazer frente ao avanço da inflação. Ou seja, a famílias com menor renda aumentaram o endividamento, a despeito

dos juros altos, para sustentar o nível de consumo”, explicou Izis Ferreira, economista da CNC, responsável pela pesquisa.

A falta de demanda em alguns setores do comércio durante a pandemia fez muitos donos de estabelecimentos se endividarem. É o caso da Elisângela de Souza, cabeleireira, de 48 anos, que possui um salão de beleza no Lago Azul, em Goiás. No período mais forte do isolamento, a loja teve de fechar, e, mesmo após a reabertura, o movimento não é mais o mesmo. “As pessoas estão com pouco dinheiro e acabam deixando de se cuidar para priorizar outras coisas, então, o movimento do salão caiu muito. Eu vou fazendo o que aparece, faxina, trabalho como cuidadora e, assim, vou me virando. Mas o que eu quero é arrumar um emprego em que ganhe bem limpar meu nome aos poucos”, afirmou.

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, a alta da inadimplência mostra que as medidas de suporte à renda, como os saques extras do FGTS e a antecipação do 13º salário dos beneficiários do INSS, tiveram efeito apenas momentâneo no pagamento de contas ou dívidas atrasadas, concentrado no segundo trimestre deste ano.

Cartão de crédito

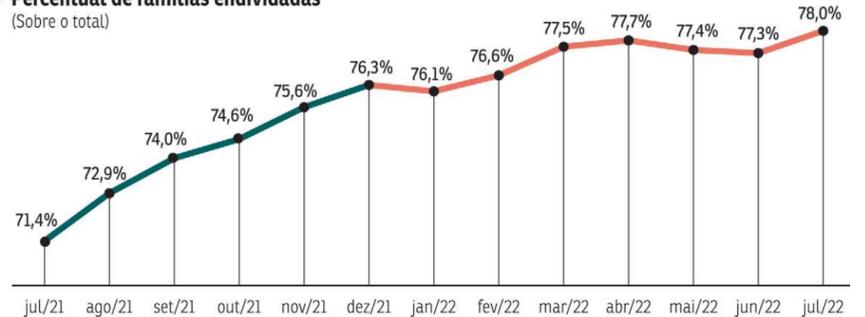
Do total de endividados no País, 85,4% têm dívidas no cartão de crédito, proporção que havia chegado a 88,8% em abril. Na comparação dos grupos de renda, desde fevereiro deste ano, a proporção de endividados no cartão de crédito está maior entre as famílias que ganham mais



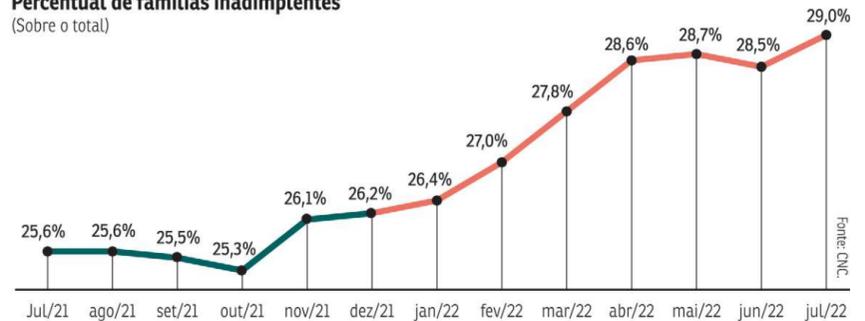
No sufoco

Endividamento e inadimplência batem recorde

Percentual de famílias endividadas (Sobre o total)



Percentual de famílias inadimplentes (Sobre o total)



de 10 salários mínimos, mas o indicador aproximou-se do observado entre as famílias com renda inferior a esse valor.

Os consumidores com até 35 anos de idade são o grupo mais endividado no cartão de crédito, 87,5%. Anne Caroline

Damasceno, de 28 anos, consultor há pouco tempo um empregado em uma agência de telemarketing. Há cerca de um ano, ela se endividou por não conseguir pagar todas as contas da casa. “A gente não espera isso, né? Só que aconteceu um imprevisto e

a gente tem que ir atrás de regularizar”, disse a atendente.

Outro destaque da pesquisa é a queda do número de financiamentos de automóveis ou da casa própria para 10,6% e 7,6%, respectivamente. O motivo para menor uso de crédito de longo prazo também

é a alta dos juros, que aumentaram em média 5,8 pontos percentuais em um ano, para carros, e 2,8 pontos, no caso da aquisição de imóveis pelas pessoas físicas.

*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo



RAUL VELLOSO

COERENTEMENTE COM A POSTURA CAUTELOSA DO STF, PENSO, QUE O ENFRENTAMENTO DESSE TIPO DE CHOQUE DEVERIA SER REALMENTE DEFINIDO DENTRO DE UM CONTEXTO MAIS AMPLO, ESPECIALMENTE PELO ELEVADO IMPACTO DA MUDANÇA PRETENDIDA SOBRE AS FINANÇAS SUBNACIONAIS, EM ALGUNS CASOS PERTO DO CAOS

Como reagir aos choques do petróleo

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Para enfrentar a subida recente do preço externo do petróleo expresso em reais (isto é, multiplicado pela taxa de câmbio), nas difíceis condições que prevalecem em nosso país (inclusive pela proximidade das eleições e por novas pressões inflacionárias), o governo central acabou transferindo o problema para o vizinho (ou seja, para os estados e municípios). Desgarrrou-se da regra do repasse automático dos aumentos (que seria talvez o certo a continuar fazendo, via Petrobras, mas com olho em tendências de médio prazo), e criou, via lei complementar, um teto de 17% ou 18% nas alíquotas sobre combustíveis do principal tributo dos entes subnacionais, o ICMS, tradicionalmente bem acima disso, que passariam, assim, a contar com receitas menos expressivas.

Só que, segundo se noticia, várias liminares já teriam sido concedidas pelo STF em favor de

alguns governos estaduais, como os de São Paulo, Maranhão e Piauí, permitindo a compensação de perdas orçamentárias decorrentes da aplicação do citado teto, via redução da dívida em ser desses entes para com a União. Dentro do exagero que costuma caracterizar suas declarações, o ministro da Economia teria visitado autoridades do Judiciário para argumentar que tais decisões estariam ampliando a “desorganização do regime fiscal...”

Coerentemente com a postura tradicionalmente cautelosa do STF, penso, assim, que o enfrentamento desse tipo de choque deveria ser realmente definido dentro de um contexto mais amplo, especialmente pelo elevado impacto da mudança pretendida sobre as finanças subnacionais, em alguns casos perto do caos.

Concluo este artigo defendendo uma revisão do posiciona-

mento governamental, hoje focado apenas no populista tabelamento de ICMS, não apenas pela lembrança de como, no sistema de mercado, os preços devem refletir seu “custo de oportunidade”, como de algo sobre que tenho escrito extensivamente, ou seja, a difícil situação financeira dos entes subnacionais nos últimos anos, algo incompatível com a definição de onerar basicamente os orçamentos desses entes para absorver os recentes aumentos dos preços internacionais do petróleo.

Na primeira crise de 1973, quando nossa produção praticamente inexistia, jogaram-se todas as fichas na ampliação da produção interna via Petrobras, e esfriou-se a economia, para reduzir o consumo, enquanto se verificava como o mundo reagiria. Com o surgimento do mercado de petrodólares, países que produziam pouco relativamente ao

consumo interno, como o Brasil, puderam financiar parcela relevante de suas compras de petróleo no exterior, e, assim, evitaram cair em uma recessão feroz.

O xis da questão

Para piorar, veio a segunda crise em 1979, mostrando que a situação era muito mais séria do que se pensava, novas estratégias para substituir importações foram definidas, o tempo passou, e, mais recentemente, países como o Brasil, que terminaram descobrindo muito petróleo marítimo e em águas profundas, conseguiram reverter significativamente essa difícil situação, ainda que à custa de pagar uma conta gigantesca de várias formas, que não cabe aqui detalhar.

Já hoje, diante de uma guerra como a da Rússia versus Ucrânia, o preço do petróleo voltou a disparar nos mercados internacionais,

mas até se reduziu mais recentemente de forma significativa, mostrando como é difícil lidar com esse tipo de assunto, ainda que, a esta altura, já sejamos praticamente autossuficientes em petróleo.

Basicamente, é preciso saber que, hoje, o xis da questão para estados e municípios se refere à disparada dos gastos de seus regimes próprios de previdência desde 2006, que tem levado à desabada dos investimentos em infraestrutura, correndo-se o risco de zerá-los, em breve, em muitos casos relevantes, inclusive o do Rio de Janeiro, segundo estado de maior peso econômico na Federação brasileira. Nesse caso, os dados recentes mostram que, de 2006 a 2021, e descontada a inflação decorrida no período, os gastos previdenciários aumentaram nada menos, e sistematicamente, do que 78,3% acima do IPCA, só que induzindo à queda de nada menos do que 59,3% nos

investimentos mais inversões financeiras, no mesmo interregno. Registre-se que essa última queda se decompôs em duas subfases chocantes. Na primeira, de 2006 a 2014, houve até aumento real, da ordem de 112,2%, enquanto de 2014 a 2021 registrava-se a brutal queda de 80,1%.

Registro, finalmente, que, nessas condições, o estado do Rio pode estar caminhando para o caos financeiro, em que pese, curiosamente, o bônus recente da receita adicional (via royalties) ligada exatamente ao petróleo e da venda da empresa de maior dimensão desse Estado, a Cedae, em que a primeira está sujeita a oscilações bruscas e os recursos oriundos da venda da segunda podem acabar, no quadro populista em que o país está inserido, sendo rapidamente direcionados apenas a gastos correntes, conforme se viu no debate inaugural da Band no último domingo.